**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO
PREPARATÓRIO ELEITORAL Nº 03/2020**

Ementa: Procedimento Preparatório Eleitoral (PPE). Possível prática de propaganda eleitoral antecipada por parte da pré-candidata Janiane Nunes Soares. Colheita de informações e documentos visando à formação de opinião.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor Eleitoral subscritor do presente, no uso das atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas, consoante artigos 72, 76 e 78, da Lei Complementar nº 75/93,

CONSIDERANDO a interpretação dispensada pelo egrégio Tribunal Superior Eleitoral ao artigo 105-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

CONSIDERANDO que a apuração das infrações eleitorais de natureza não criminal exige o estabelecimento de requisitos procedimentais mínimos, de modo a assegurar o respeito aos direitos individuais e o desenvolvimento do controle interno;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa do regime democrático, nos termos do art. 127, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a atuação do Ministério Público, na proteção da ordem jurídica eleitoral, é exercida por membros do Ministério Público Federal e dos Estados;

CONSIDERANDO que o art. 78 da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que as funções eleitorais, perante os Juízes e Juntas Eleitorais, são exercidas pelos Promotores Eleitorais;

CONSIDERANDO a notícia encaminhada pelo Tribunal Regional Eleitoral (NIPE 0600067-42.2020.6.19.0109), que informa possível prática de propaganda eleitoral antecipada realizada pela pré-candidata Sra. Janiane Nunes Soares, por meio de suas redes sociais.

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Eleitoral, como Instituição fiscalizadora do efetivo cumprimento da lei eleitoral, do que depende a manutenção do regime democrático;

RESOLVE, na forma do art. 1º da Resolução GPGJ nº 1.935, de 26 de setembro de 2014, instaurar o presente **PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL**, com a finalidade de reunir informações sobre os fatos noticiados na Notícia de Fato.

Autuada, registrada e publicada a presente portaria, proceda a Secretaria ao cumprimento das seguintes diligências:

- 1- Encaminhe-se cópia digitalizada desta portaria, em meio eletrônico, ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias Eleitorais do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (cao.eleitoral@mprj.mp.br), bem como ao PRE através do e-mail prerj@mpf.mp.br, para ciência e registros.

- 2- Notifique-se a Sra. Janiane Nunes Soares, por meio eletrônico, para que preste esclarecimentos, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias corridos, sobre o teor da denúncia. Instruir o e-mail com cópia dos documentos que embasam a notícia de propaganda eleitoral antecipada encaminhada pelo TRE.

- 3- Designo os servidores lotados na Promotoria de Justiça respectiva, em atuação do Promotor Eleitoral, para secretariar o presente procedimento.

- 4- Extraiam-se cópias do presente procedimento e as encaminhem à Promotoria de Justiça com atribuição para atuação eleitoral perante o r. Juízo da 254ª Zona Eleitoral, para fins de ciência e adoção das medidas que entender cabíveis.

Macaé, 09 de junho de 2020.

Bruno de Sá Barcelos Cavaco
Promotor Eleitoral
Mat. 4353